

ACTA n.º 3

Ano 2 de Maio de 1986 pelas 21,30 horas na sala nobre dos Paços do Concelho reuniram os deputados da Assembleia Municipal de Alter do Chão em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: - Relatório e contas da Junta de Freguesia de 1985

- Taxas de Registo e Licenciamento de canídeos
- Empreiteiras e fornecimentos

Foi a chamada feita confirmado o quorum e votadas as seguintes faltas: - Mário Belo Caledo, João Calado Belo, Dr. António José Vazinho Bonélio, José Manuel Freire Góisinho, Bernardo Rodrigues de Loura, Alexandre dos Anjos Rosa, Manoel de Matos Pimenta, Felizardo Carqueiro Freire Góisinho.

Promovendo-se a leitura de acto, que findingo entrou em discussão.

O deputado José Carvalho Monteiro disse que não ia querer a acta alterada pela impossibilidade de fazer uma acta nova. A acta apresentada não tem, na sua opinião, o necessário para demonstrar o que se passou na reunião a que digo respeito.

É um empréstimo de números das votações e menções das intervenções sem relatar as discussões e ideias postas nos debates.

O 1º Secretário, Mário Pinto, disse concordar que as actas devem ter uma gravacção das reuniões e o facto de não o conseguir só demonstra a sua incapacidade para o lugar pelo que põe o seu cargo à disposição do Presidente da Mesa, para se encontrar um substituto.

O deputado José Carvalho Monteiro disse não ser caso para tal e tão somente acha que algo da mesa não funciona convenientemente e pretende que a mesa se esforce para ultrapassar os erros que vêm cometendo.

O deputado José Eduardo Monteiro, disse concordar que a acta não especifica as posições dos deputados em cada assunto, que não concorda com a demissão do 1º Secretário e só pede que haja maior esforço de animação das discussões.

O Presidente da Mesa disse não aceitar a demissão do 1º Secretário, anuindo este a prosseguir, ali Ver.

Passando-se a votação, foi a acta aprovada por 9 votos e 2 abstenções.

De seguida, deu-se informações da correspondência expedida e recolhida em que foi mencionada a invocação a Felizardo Gasparim Arêngelo para substituir o deputado José Afonso Lemos Henriques e ainda a justificação da falta do deputado Antônio Matias, que foi ausente.

Foi ainda lida uma carta da Câmara, que avisa a mesa da necessidade de eleger um presidente da junta para o Congresso Intergremial.

No período de debates da ordem do dia entraram na mesa duas moções do PS, que foram admitidas à discussão.

- A 1ª moção, em defesa da estrada Nacional 245-I de Altos do Chão à estrada de Pontalge e pedindo a intervenção do Governo para que a obra seja posta a concorrer, entrou em discussão de plenário.

O deputado Prates, emendou em o interesse da estrada de que só pode falar desde há 13 anos. Peça que prenuncie a SNE este ponto tomar uma atitude.

A moção foi aprovada por unanimidade.

A 2ª moção, reagindo a imediata construção da barragem do Crato (Pisas) mencionou os seguintes interlocutores:

O deputado José Carlos Montaner emendou em o teor da moção, mas pedindo para ser acrescentado o fato de os estudos se encontrarem prontos e ainda fazer realçar a esperada demora longa das populações da Região de Piatã, seu abandono de povoações, em virtude do desemprego que gressa na aldeia, motivado pelos ataques à Reforma Agrária e que a barragem iria colmatar.

O deputado Prates felicitou os autores da moção e disse que já em legislaturas anteriores, o PSD havia defendido a criação de barragem e mesmo em enunciados com um Vereador deste partido, que entravam a abertura de furos que iniciam desertificam os locais onde eram abertos e defendem a ideia de uma barragem local.

O deputado José Joaquim Minais disse não ver emenúncios que a moção fosse alterada pois são contundentes e necessários considerando

O Presidente de mesa, na sua qualidade de signatário da moção, também por objecções de reformar o documento apresentado, embaraçando assim a menção aos estudos feitos e à longa espera.

O deputado José Eduardo Montaner disse emendar plenamente

Com a banagem, salientando a sua necessidade à agricultura e à pecuária da nossa região e o consequente emprego que adviria e não emendar com a carga ideológica da emenda proposta à moção que se refere ao desemprego e Reforma agrária na localidade de Pires.

O deputado José Carvalho interroga dizendo que a carga ideológica é preconcebida e embora tenha a sua ideologia como qualquer pessoa, o facto é que o deputado José Eduardo ao mencionar que a banagem traz empregos, ilhe da razão.

Posto à votação, foi a moção aprovada por unanimidade, com as alterações aceites pelo PSD, dos estudos e longa espera.

Passando-se às informações do Presidente da Câmara,掌管人:

- dos gastos de obras em 1985
- dos investimentos para desenvolvimento do Concelho
- dos empregos para munis para empresas
- de ocupação de joveus em tempos livres
- de inscrição de joveus em emprego por 6 meses
- de inscrição para formação de joveus
- de ensino técnico-profissional em hipótese não explorado.

Intervém o vereador Dr. António Viegas para informar a Assembleia de que os termos em que o ensino técnico-profissional em ex-explorado não foram tratados nas reuniões das vereações.

O deputado José Eduardo pergunta se os vereadores não têm pelouros distribuídos, para o caso de se poderem mais mobilizar.

O Presidente informa que à exceção do vereador João Lopes Ramalho todos os vereadores tinham pelouros distribuídos.

O vereador António Viegas diz que pensava que a Assembleia se devia ter já interessado por saber pormenores das reuniões de Câmara e que já havia sido decidido o envio das actas, embora estas estivessem atrasadas.

Passa-se à discussão das contas de gerência da Câmara em 1985, tornando o Presidente a palavra para explicar as rubricas mais importantes.

O deputado José Carvalho lamenta o facto de estar

longe e assim se des tornado embecimento das contas
como gastos, em tempo para as apreciar

O deputado Pires disse que, sendo as principais rubricas
conhecidas da anterior Assembleia que as autorizou e à
qual quase todos os actuais deputados pertenciam, as
contas não lhes familiares e um ponto de sua responsabi-
lidade, pelo que as deverão aprovar.

O deputado José Carita protestou contra o facto do relatório
mencionar faltas de penal para diversos atos, o que na
sua opinião não é razão valida.

Foram a votos, foram as contas aprovadas por unanimidade.
O deputado José Carita, fez declaração do voto a favor,
mas pela actividade expelhida do que pelo relatório em si.
Fazem-se de seguida a analisar o documento sobre ca-
mídeos, registo e taxas.

O acorvo autárquico Senhor Martins deu esclarecimen-
tos acerca de taxas de licenças e registo de camídeos.

O deputado José Carita perguntou por sanções pelas faltas
do registo dos camídeos e se hiz mínimos e máximos. Fez
alerta para que a proliferação de cães na via pública,
deveria ser combatida mesmo em intervenção da GNR.

A proposta das taxas de camídeos foi aprovada por unanimidade.
Vann-se os pontos Empreitadas e Encargos.

Foi posto a apreciação o pedido para adjudicação de
empreitadas num concurso público até ao valor de 30.000 contos.

O Presidente da Câmara explicou a razão do pedido.

O deputado José Carita quis a importâncias do docu-
mento; disse que a proposta era diferente da do ano anterior
e no sentido e atento a emendar a apreciação deste do-
cumento no dividindo dele para alterar o valor para 30.000
contos, o que em sua opinião deveria ser mais importante.

O deputado Pires demonstrou uns estranhos totais com
a expreciação do colégio Carita, pois que também ele planeava
voltar entre a aprovação de autorizações para a Câmara
fazer obras dignas valer por administração directa e

nas piscinas propostas se queria aumentar aquele valor.

O deputado José Carvalho explica a sua ideia de achar que os 30.000 euros não são um valor pequeno, proporcionando um cinema, duas piscinas e outras obras que se projectam, visto a ser de valor superior. Lue a Câmara deve estar salvaguardada de empreiteiros maus honestos, como o que apareceu na constância do quartel actual dos Bombeiros o que é bem do conhecimento do então Presidente da Direcção H. Pires. E que é aconselhável estabelecer a Assembleia a pôr limite às actividades da Câmara, para vir a autorizar outros valores, como medeas com o gabinete desportivo.

O deputado Pires, agradeceu este espirito, afirmando que ela veio alterar o seu ponto de vista e consequentemente o seu voto.

O Presidente da Câmara, entendeu que no contexto actual, o valor das propostas não seria suficiente para todas as obras.

O deputado José Eduardo disse não ter nada contra a primitiva administração directa da Câmara nas obras do Concelho e que entendava assim a aprovação do pedido.

Porto à votação foi a autorização votada 7/8 votos, favor e 3 abstenções. De seguida procedeu-se à votação do nome do Presidente da Junta para o Concelho Nacionel dos Municípios.

O voto resultou den 8 votos para Alexandre dos Reis Amador
1 voto para Manuel Rodrigues Gonçalves
2 votos em brancos

Iniciando-se a apreciação do regulamento dos jogos futebol que o Presidente da Câmara disse lhe parecer não ser de importância para fazer a prenubile, o deputado Pires opinou que estando os jogos em curso não via porque vinham a prenubile pendente este anexo desenhado neste sentido.

Havendo concenso sobre este ponto foi este retirado dos trabalhos.

Foi aprovado um resumo das principais resoluções a informar a Câmara em substituição das actas de sessão que terminaria da qual agora se transcreve mais explícito e que vai ser assinada

Juramento Mário Loureiro
A. Monteiro